



» Entrevista | RODRIGO ROLLEMBERG | SECRETÁRIO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ex-governador avalia que é precipitada a projeção de setores do campo político conservador de que, em 2026, os eleitores os reconduzirão ao poder. E acredita que, como há muitos nomes se apresentando para a disputa, correm o risco de se fragmentar

“A situação eleitoral no DF está indefinida”

» SAMANTA SALLUM
» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
» VITÓRIA TORRES*

Os conservadores estão excessivamente confiantes para as próximas eleições, pois acreditam que a população voltará a escolhê-los em 2026 — tal como previu a senadora Damara Alves, em 1º de julho, na entrevista que concedeu ao CB.Poder, uma parceria entre Correio e a TV Brasília. Mas isso está longe de ser uma realidade, segundo o ex-governador Rodrigo Rollemberg, atual secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Ontem, também no CB.Poder, ele advertiu para o excesso de nomes da direita para as eleições majoritárias. Por causa disso, Rollemberg crê que esse campo ideológico chegará fragmentado em 2026, embora ressalve que é cedo para falar do próximo pleito nacional. A seguir, os principais pontos da entrevista.

Os conservadores estão muito confiantes para 2026, pois entendem que são favoritos. A esquerda está com dificuldade de se posicionar nessa disputa?

É muito cedo para fazer qualquer avaliação eleitoral. O que posso dizer é que há muita ambição para poucos cargos. E acho que eles estão muito fora da realidade. Se você andar pelas ruas, e perguntar para a população mais simples a avaliação do governo local na saúde, vai encontrar um sentimento de indignação muito grande pela falta de cuidado, pela leniência e pelo desleixo total com as vidas humanas. Por outro lado, são muitas pessoas pleiteando cargos. O que a Damara (Alves, senadora pelo Republicanos-DF) fará na eleição? Será que ela se contentará e ficará no Senado ou vai querer ser candidata ao governo no meio do mandato? A (deputada) Bia Kicis (PL-DF) vai querer ser deputada ou senadora? A (ex-primeira-dama) Michelle Bolsonaro vai, provavelmente, querer ser senadora. O que vai ser do Izalci (Lucas)? E o Ibaneis (Rocha)? Então, são muitas ambições para poucos cargos. Há uma possibilidade de até de se montar uma chapa para o Senado com duas mulheres — Michelle Bolsonaro e Bia Kicis — e deixar o Ibaneis de fora. Ele teria de construir outra chapa, ou teria de ficar no governo até o final do mandato. Há muita intriga no campo deles e, portanto, não vejo essa situação como definida. Eleição só se ganha depois de apurado o último voto. A situação eleitoral no Distrito Federal é indefinida. Ainda há muita construção a ser feita.

O senhor colocaria novamente seu nome para o governo do DF?

Tenho sido muito estimulado pelas pessoas na rua a ser candidato. Acho que essa decisão não é pessoal. Temos no nosso partido bons candidatos, como o Ricardo Capelli (presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), que foi muito eficiente num momento de muita dificuldade no Distrito Federal. Temos o Valdir Oliveira, que foi um excelente secretário de desenvolvimento econômico. Temos o Leandro Grass, que foi candidato. Temos a deputada federal Erika Kokay (PT) e a senadora Leila (Barros, PDT). Temos um conjunto de pessoas. O importante é construir compromissos com a população e fazer essa construção a mais ampla possível. Especialmente para corrigir todos os erros existentes na saúde e a desordem urbana no Distrito Federal.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Como está o debate no Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao seu mandato como deputado federal, que está em compasso de espera?

Como esperávamos, o STF, por 8 x 3, entendeu que a resolução que regulamentava a lei era inconstitucional porque extrapolava o que dizia a lei. No entanto, seis ministros entenderam que ela só deveria valer para a próxima eleição, o que, no nosso entendimento, era um equívoco. Embargamos porque a legislação que regulamenta as ações diretas de inconstitucionalidade são muito claras e dizem que para modular uma inconstitucionalidade precisa ter oito votos. Nesse embargo, estamos ganhando de 6 x 1. O ministro André Mendonça pediu destaque — isso quer dizer que o Supremo tem de voltar a votar presencialmente esse tema. Aguardamos que isso seja feito o mais breve possível. Temos uma expectativa muito grande de que a justiça, finalmente, será feita. É claro que angustia. Recebemos 52 mil votos da população e há um ano e sete meses poderíamos estar exercendo o mandato. Estou ansioso para exercer meu mandato e poder representar a população de Brasília. Vou ter que trabalhar em dobro para compensar esse tempo.

Mudando para a questão ambiental, o que o Brasil precisa discutir nessa área?

Precisa aproveitar as oportunidades que estão colocadas e que podem fazê-lo uma liderança mundial numa nova economia, a economia verde. Temos a maior biodiversidade do planeta, uma grande disponibilidade de biomassa, uma matriz energética limpa — portanto, temos tudo para avançar. O que precisamos é avançar nos marcos regulatórios, pois recebemos investidores diariamente e a primeira questão que colocamos é que precisamos saber quais são as regras do jogo. Nesse sentido, o Congresso deu um passo importante, na semana passada, ao aprovar o projeto de lei (PL) do hidrogênio, mas temos outros marcos regulatórios importantes que precisamos ser apreciados para que o Brasil possa aproveitar essas oportunidades — me refiro à regulamentação do mercado de carbono. Começou com a gente, na



O que a Damara fará na eleição? A Bia Kicis vai querer ser deputada ou senadora? Michelle Bolsonaro vai, provavelmente, querer ser senadora. O que vai ser do Izalci? E o Ibaneis? São muitas ambições para poucos cargos. Há muita intriga no campo deles."

"Precisamos avançar nos marcos regulatórios (da economia verde), pois recebemos investidores diariamente. A primeira questão que colocamos é que precisamos saber quais são as regras do jogo."

Secretaria de Economia Verde do Mdic, e depois foi construído conjuntamente por 10 ministérios. Temos o combustível do futuro, que regulamenta o combustível

efeito estufa ou pela emergência climática. Esse modelo linear de extrair um recurso natural, usá-lo e depois jogá-lo na natureza como resíduo, é insustentável. A economia circular é fundamental para reutilizar e reciclar os produtos. Com isso, você vai reduzir a necessidade de utilização de novas matérias-primas, emitindo menos gases de efeito estufa, reduzir custos e gerar empregos. É extremamente positivo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que a mudança de uma economia linear para uma economia circular vai gerar cerca de 8 milhões de empregos em todo o mundo. É grande o potencial para a geração de renda e de empregos, e para a sustentabilidade do planeta.

O senhor acredita que o Congresso está sensível a enxergar o meio ambiente como uma oportunidade econômica?

Lamento que a gente não esteja mais adiantado nessa agenda. Acho que o Brasil poderia estar recebendo muitos investimentos se tivesse concluído essa agenda regulatória, do ponto de vista dos marcos legais. Não há divergência substantiva em relação ao teor desses projetos. Estamos em uma corrida e diria que, na questão da corrida verde, da transição ecológica, o Brasil está na pole-position, mas ainda precisa acelerar para poder chegar em primeiro lugar. Desejo muito que o Congresso, ao retomar seus trabalhos em agosto, possa priorizar essa agenda e concluí-la, até o início de setembro, para aproveitar as oportunidades.

Há uma grande discussão em relação ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Qual a avaliação que o senhor faz sobre esse debate?

Considero o PPCUB um crime contra Brasília. É importante a gente compreender Brasília nas suas quatro escalas. Uma das escalas de Brasília é a bucólica. Quando coloca a possibilidade de construir residências, ou aumentar muito a ocupação na orla do Lago Paranoá, está contribuindo para destruir essa escala bucólica de Brasília. Ao mesmo tempo, quando permite a construção de hotéis ou motéis em áreas anteriormente residenciais na Asa Norte, também está contribuindo para danificar a qualidade de vida do Distrito Federal. Entendo que Brasília não pode conviver com retrocessos. Tivemos uma conquista muito grande — diria uma conquista civilizatória — no nosso governo ao democratizar o acesso à orla do Lago Paranoá para todos. Recebo cumprimentos por isso. Não podemos abrir mão da qualidade de vida que temos em Brasília, que não é preservada por ser tombada. Brasília é tombada porque merece ser preservada.

O atual governo diz que o PPCUB está sendo discutido há 12 anos, que atravessou várias gestões. Por que, no seu mandato, não conseguiu avançar?

Combatemos todo tipo de ocupação irregular, não apenas no Plano Piloto, mas em todo o Distrito Federal. Democratizamos o acesso às áreas públicas. Ao abrir a orla do Lago Paranoá para o usufruto do conjunto de toda a população, a gente garantiu uma conquista civilizatória de ocupação dos espaços urbanos e de preservação dessa escala bucólica prevista por Lúcio Costa. Focamos muito em preservar a cidade. Preservamos muito por essas questões que, no nosso entendimento, eram fundamentais para a preservação da cidade — e entregamos. A cidade preservada é muito mais democrática do que quando recebemos.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

sustentável de aviação, o diesel verde, a captura de carbono, aumenta a mistura de etanol na gasolina, aumenta a mistura do biodiesel no diesel e regulamenta a utilização do metano. É um projeto extremamente importante — foi aprovado na Câmara e está no Senado. E temos um projeto que regulamenta os bioinsumos, que é outra grande oportunidade para um país agrícola, que tem uma dependência de 85% de adubos químicos, 70% dos adubos fosfatados, 85% dos nitrogenados, 98% do potássio — podemos substituir grande parte disso por bioinsumos. É uma indústria que vem crescendo exponencialmente no Brasil. São agendas que precisam ser concluídas no Congresso para que o Brasil possa transformar em vantagens em benefício conjunto da população.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, recentemente, o decreto que institui a certificação dos produtos brasileiros que atendem os requisitos ambientais, de sustentabilidade. O que esse selo verde representa?

Representa um avanço de competitividade para os produtos brasileiros. O objetivo do selo verde é garantir qualidade, sustentabilidade e competitividade aos produtos. É uma certificação, uma rotulagem, que vai garantir que aquele produto vai garantir eficiência energética com baixa pegada de carbono — ou seja, dando informações preciosas para os consumidores e, com isso, construindo um mercado verde. O selo vem para garantir que o produto brasileiro é produzido de forma mais sustentável do que os mesmos produtos em vários locais do mundo.

Há receptividade da indústria nacional para esse caminho?

Muito grande. A produção de bioinsumos vai beneficiar não apenas o Brasil, mas todo o planeta com uma agricultura muito mais sustentável.

Como está a adesão à Estratégia Nacional de Economia Circular?

O modelo tradicional de economia faliu. Percebemos claramente pela quantidade de lixo nos rios e nos mares, seja pelas emissões de gases de